

Serviço Social e Redes de serviços sociais voltadas para Pessoas com Deficiência.
Leila Beatriz Nery¹, Elizabeth Rodrigues Felix (orientadora).

Resumo: O presente artigo está à abordar sobre a organização das redes de prestação de serviços sociais e a divisão do trabalho coletivo e técnico, se executa as políticas sociais e quanto a integração do assistente social e suas atribuições, apresenta um panorama histórico sobre a trajetória marcada pelo preconceito e lutas dessas pessoas com deficiência, realizou-se uma visita na Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência com o propósito de fazer uma entrevista junto a assistente social, à versar sobre o tema do artigo.. A metodologia utilizada foi fundamentada na problematização, com pesquisas descritivas, empregando-se como procedimento de levantamento bibliográfico. Sabe-se que as pessoas com deficiência lutam pelo direito de igualdade na esfera da sociedade. A discriminação, o preconceito e a falta de acessibilidade que impedem a inclusão.

Palavras chave: Deficiência, Inclusão, Redes, Acessibilidade, políticas.

Abstract: This article is about the organization of social service delivery networks and the division of collective and technical work, if social policies are implemented and the integration of the social worker and its attributions, presents a historical overview of the trajectory marked by the Prejudice and struggles of these persons with disabilities, a visit was made to the Municipal Secretariat of the Person with Disabilities, with the purpose of conducting an interview with the social worker on the topic of the article. The methodology used was based on problematization, with Descriptive research, being used as a bibliographical survey procedure. It is known that people with disabilities fight for the right to equality in the sphere of society. Discrimination, prejudice and lack of accessibility that prevent inclusion.

Keywords: Disability, Inclusion, Networks, Accessibility, policies.

É de conhecimento geral que as Pessoas com Deficiência (PcD) que vivem no Estado do Rio de Janeiro, em especial a “Zona Oeste”, não conseguem ter acesso aos determinados lugares, pela falta de conservações e construções adequadas para que possam ter o direito a cidadania, além disso são indivíduo excluídos do mercado de trabalho e de várias modalidades que poderiam mostrarem que são capazes como pessoas que não tem deficiência.

Todos sabem que no Brasil, há tempo se dá o processo de exclusão dessas pessoas que hoje são chamadas como Pessoas com Deficiência (PcD), é “tão antiga quanto a socialização do homem” (Maciel, 2000), ainda convém lembrar que há registros históricos que a sociedade desde o começo, sempre incapacitou as pessoas com deficiência, configurando a desapropriação e impedimento a inclusão desses indivíduos na sociedade, portanto, pode-se relatar que nos últimos anos, notou-se uma preocupação com o avanço de forma gradual com os assuntos dessas pessoas nos espaços privados ou públicos, mediante a estas informações, levaram os pesquisadores a se interessarem pela investigação do tema.

Diante de uma visão ampla da Constituição Federal na atualidade, com direção e com fundamentos de que é livre o direito de acesso e locomoção que é parte inseparável dos Direitos Humanos, mesmo assim, existe a carência de uma visão de obrigatoriedade e a união entre as Leis e regras estabelecidas pelas normas práticas e aos sistemas e meios de comunicação por Pessoas com Deficiência, diante disso, afirma-se que atualmente muitos se escutam falar sobre a inclusão social, que é buscar os indivíduos que estão

excluídos da sociedade, como o sistema econômico, a cultura, a política, a religião, o esporte, o lazer, o direito de ir e vir, do mesmo modo, pode-se dizer que a inclusão social é um assunto remoto da realidade social do Brasil, nesse sentido, MACIEL (2000, p.1), explica

a falta de conhecimento da sociedade em geral, faz com que a deficiência seja considerada uma doença crônica, um peso e um problema. O estigma da deficiência é grave, transformando as pessoas cegas, surdas e com deficiências mentais ou físicas em seres incapazes, indefesos sem direitos, sempre deixados para o segundo lugar na ordem das coisas. É necessário muito esforço para superar este estigma. Essa situação se intensifica junto aos mais carentes, a falta de recursos econômicos diminui as chances de um atendimento de qualidade. Tem-se aí um agravante: o potencial e as habilidades dessas pessoas são pouco valorizados nas suas comunidades de origem, que, obviamente, possuem pouco esclarecimento a respeito das deficiências.

De acordo com a citação acima, pode-se entender que os planos do governo, projetos e programas ficam engavetados, nos municípios e nos estados e que não existem políticas públicas de inclusão que viabilize os direitos das Pessoas com Deficiência para sempre no decorrer de seus ciclos de vida, porém, quando ocorre a mudança de governo, as políticas sociais são modificadas ou canceladas, daí que acontece o descaso.

Continuando com a mesma linha de pensamento, pode-se relatar que após a Sétima Constituição Federativa do Brasil que é a Carta de 1988, mostra que as Pessoas com Deficiência são pessoas que podem ser incluídas no mercado de trabalho com benefícios e os respectivos contratos trabalhistas, porém, compreende-se que mesmo sendo deficientes, eles fazem parte da sociedade como indivíduos de direitos ou simplesmente pela força da lei.

Ao fazer uma análise da sociedade buscou-se descobrir as causas da discriminação com as Pessoas com Deficiência (PcD), à própria sociedade dá o direito a essa exclusão social, diante disso, o governo tem o poder de elaborar políticas públicas mesmo não sendo políticas como foi descrito no parágrafo acima, para que ocorra mudanças. “O Ministério do Desenvolvimento Social”, destaca em primeiro lugar a ampliação de programas sociais para acabar com a exclusão social e a desigualdade entre as classes que pertence a minoria de pessoas.

Todos sabem que, em nosso País o governo criou programas e leis para as Pessoas com Deficiência (PcD) especialmente com a intenção em combater a exclusão, auxiliar esses indivíduos, pode-se sinalizar quanto aos programas e conselhos, secretarias e campanhas como o “Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social (BPC), o Conselho Nacional dos Direitos de Pessoas Portadoras de Deficiente (CONADE), Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Conselho Estadual para Assuntos da Pessoa Portadora de Deficiência (CEAPPD), O Sistema Único de Saúde (SUS).”

Essa classe, enfrentam comumente limitações em suas vidas diárias, porém, essas limitações estão relacionadas com problemas de acessibilidade, diante disso, pode-se apontar que as condições de falta de acesso prejudica essas pessoas ao exercício da autonomia e participação social, podendo interferir no desenvolvimento ocupacional, diante do exposto é de suma importância ressaltar que entende-se por Pessoas com Deficiência, todos os indivíduos que apresentam algum tipo de limitação, sendo permanente ou temporária, ressaltando quanto as Pessoas com Deficiência PcD temporárias, são as que não tem direitos “Benefício de Prestação Continuada – BPC” criado pelo governo, diante

disso será descrito no decorrer do referente artigo a importância para o conhecimento dos pesquisadores.

Redes de prestação de serviços e a inserção do Serviço Social, políticas sociais e setoriais:

As políticas públicas básicas como (educação assistência social, saúde, habitação, cultura, lazer, trabalho) são setoriais e desarticuladas que geram a promoção as Pessoas com Deficiência, cada área da política pública tem uma rede própria de instituições e/ou Serviço Social e é neste contexto que este artigo se justifica pela necessidade de se analisar as redes de prestação de serviços e como é realizada a inserção e atribuições do profissional do Serviço do Social no atendimento dos requisitos relativo referente a inclusão sócio ocupacional das Pessoas com Deficiência e as políticas sociais setoriais que norteiam os programas que esses indivíduos estão inseridos.

O objetivo principal deste artigo é de analisar o processo de prestação de serviços sociais e organizações voltadas para as Pessoas com Deficiência, diante disso, será feita uma visão abrangente no mundo da inclusão social desse público, dos procedimentos da prestação do Serviço Social dirigido a essa classe de Pessoas, a partir do levantamento das redes de prestação de serviços, compreendendo como se dá a inserção do/a assistente social no trabalho com as Pessoas com Deficiência, identificar a contribuição do/a profissional, analisar as políticas sociais setoriais que são direcionadas as Pessoas com Deficiência.

Diante de tudo que foi exposto, tentou-se responder a seguinte pergunta: “Até que ponto o Serviço Social nas Redes de atuação e as Políticas Sociais podem auxiliar no desenvolvimento da Pessoa com Deficiência (PcD)?”

O referente artigo possui um aspecto contribuinte em relação ao entendimento da realidade e da importância desses indivíduos no mundo da inclusão social, sendo assim essa pesquisa irá oferecer ao longo do seu desenvolvimento uma visão a respeito dessa classe, que se encontram na sociedade e que buscam seus direitos.

É necessário ressaltar, que este artigo é relevante para a Universidade Castelo Branco, porém a Universidade tem uma grande importância competência e responsabilidade com os discentes na formação acadêmica, ao levar aos alunos os conteúdos programáticos. Diante disso pode-se afirmar que esse artigo é importante para o Serviço Social, poderá contribuir para o estudo acadêmico e leitura aos alunos universitários na área de Ciências Humanas.

Além de ter uma grande contribuição para o referente estudo, cria possibilidades ao processo de conhecimento em diversas áreas que beneficia esses indivíduos, mostrando seus direitos, o entendimento da realidade e a importância de diversos aspectos no mundo social das Pessoas com Deficiência, sendo assim, a pesquisa irá oferecer uma visão a respeito desses indivíduos que se encontram na sociedade e que buscam seus direitos. Contudo, pode-se afirmar que o artigo será realizado para investigação do tema : Serviço Social e Redes de Serviços Sociais, Políticas Sociais setoriais, porém a Legislação visa respaldar os direitos garantidos as Pessoas com Deficiência, diante disso, pode-se explicar, a atuação da Câmara dos Deputados como instituição socialmente responsável deve servir de exemplo às demais instituições no País, tanto no âmbito público quanto no âmbito privado, contribuindo, assim, para consolidar uma imagem positiva perante a sociedade ao

oferecer igualdade de oportunidades a todos os indivíduos e enfatizar suas qualidades e capacidades (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1994 p.5).

Entende-se que o modo de vida em que se pode partilhar com a pluralidade, favorecerá experiências combatendo e vencendo o preconceito, incentivando o respeito as diferenças,

Com a mesma linha de pensamento, será descrito no desenvolvimento o (Estatuto da Pessoa com Deficiente), que será também importante para que o leitor conheça as principais Legislações e Diretrizes, se aprofundar, os autores do referente artigo narrará o histórico das Pessoas com Deficiência (PcD).

Espera-se que este estudo possa trazer contribuições no processo de inclusão de Pessoas com Deficiência, através de conhecimentos e respeito ao tema do referente artigo e das vantagens que poderá vir deste estudo. Dessa forma, essas pessoas poderão ser vistos como pessoas com potencial e capazes de se desenvolverem e mostrarem competências.

Afora isto, pode contribuir, a partir de resultados, para incentivos ao processo de qualificação deste segmento de trabalho. Por fim, espera-se que através dos resultados desse estudo, possa unir um conjunto de informações favoráveis ao acesso das Pessoas com Deficiências ao mercado de trabalho, a vida social com igualdade, produtividade e respeito.

Os estudos realizados pelos pesquisadores, quanto ao contexto histórico, pôde-se entender o modo de tratar a pessoa com deficiência na atualidade é lembrar que as Pessoas com Deficiência foram analisadas de um modo irrevogável, porém esses indivíduos foram alvo de discriminação e exclusão, conforme diferente contexto da sociedade, como os comportamentos discriminatório foram modificando de acordo com as transformações sociais, como por exemplo a descoberta da tecnologia, mudanças econômicas e culturais, diante disso entende-se que a atenção com as Pessoas dessa classe social e os problemas da “deficiência” tem uma história a ser contada.

De acordo com o pensamento de “Lopes”, as condições sociais das Pessoas com Deficiência, leva a facilidade do preconceito com esses indivíduos, pelo motivo do afastamento em relação ao tipo de deficiência acometida nessas pessoas, sendo por doença, acidente ou nascimento.

Diante do que foi relatado no parágrafo acima, justifica-se o contexto histórico para a compreensão das Pessoas com Deficiência.

O preconceito contra Pessoas com Deficiência é um comportamento ainda bastante aparente na sociedade contemporânea, mesmo com o número crescente de campanhas e movimentos sociais, ainda é possível se observar gestos e atitudes que como resultado final fazem com que os portados de deficiência seja um indivíduo excluído da sociedade (LOPES, 2013, p.1).

Na atualidade, uma grande quantidade de pessoas tem algum tipo de deficiência e sofrem discriminação, muitos são excluídos de terem uma vida social normal, a organização da sociedade impediu que essas pessoas fossem incluídas na sociedade, diante desses fatos, essas pessoas com deficiência não estavam incluídas no Estado Democrático de Direito.

A respeito disso, para uma maior compreensão e adentrando no conceito das Pessoas com Deficiência, os autores relatam,

conceito da pessoa com deficiência trazido pela Convenção Internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência é preciso trazer à tona o histórico do tratamento concedido pela sociedade a estas pessoas (ARAUJO, FERRAZ 2010, p.1).

Ainda carece sinalizar que, pela breve retrospectiva histórica aqui realizada, verifica-se que a forma como os povos têm interagido com as pessoas deficientes variou ao longo da história e até mesmo dentro de uma mesma época e cultura. Mas, existem alguns traços que persistem até hoje como a marginalização, a segregação e a desigualdade (Diaz 1995). Além da persistência da marginalização e da desigualdade, outro aspecto que chama a atenção é como o conceito de deficiência institui a idéia de incapacidade. O deficiente sempre foi tomado como um ser incapaz. Quando deixou de ser visto como endemoniado, passou a ser considerado como um doente, o que não mudou em nada o seu status de incapacitado. A própria OMS corrobora essa perspectiva ao definir deficiência como qualquer perda ou função psicológica, fisiológica ou anatômica OMS (apud CONETTI, 2017, p.1).

Nesse processo de desigualdade e marginalização o autor relata, a condição de pessoa deficiente é um terreno fértil para o preconceito em razão de um distanciamento em relação aos padrões físicos e/ou intelectuais que se definem em função do que se considera ausência, falta ou impossibilidade, sendo baseada apenas em um aspecto ou atributo SILVA (2006, apud LOPES, 2013, p.1).

Pode-se comentar quanto ao pensamento do autor, que na atualidade a desigualdade social e o preconceito gera a exclusão social com as Pessoas com Deficiência.

No relato de Maciel, o quesito da exclusão é de tempos antigo, diante disso o autor comenta quanto ao favorecimento da inclusão social para essas pessoas

a prática da desmarginalização de portadores de deficiência deve ser parte integrante de planos nacionais de educação, que objetivem atingir educação para todos. A inclusão social traz no seu bojo a equiparação de oportunidades, a mútua interação de pessoas com e sem deficiência e o pleno acesso aos recursos da sociedade. Cabe

lembrar que uma sociedade inclusiva tem o compromisso com as minorias e não apenas com as pessoas portadoras de deficiência. A inclusão social é, na verdade, uma medida de ordem econômica, uma vez que o portador de deficiência e outras minorias tornam-se cidadãos produtivos, participantes, conscientes de seus direitos e deveres, diminuindo, assim, os custos sociais. Dessa forma, lutar a favor da inclusão social deve ser responsabilidade de cada um e de todos coletivamente MACIEL (2000, p.1).

As oportunidades virão surgir de acordo com a evolução da educação, juntando com trabalhos, programas e projetos, fazendo com que sejam viabilizados os direitos e a educação através das Redes de Serviços.

Durante séculos as pessoas com deficiência foram marginalizadas pela sociedade, isoladas em instituições ou em suas próprias casas. Somente na década de 60 é que se iniciaram os movimentos reivindicatórios, organizados pelas pessoas com deficiência que passaram a lutar por seus direitos (SENADO FEDERAL, 2017, p.1).

Pode-se afirmar que essas pessoas conseguiram através de lutas e reivindicações, alcançar seus direitos sociais vagarosamente, contudo, a respeito disso, essas pessoas foram incluídas no Estado Democrático de Direito.

De acordo com estudo e leitura dos pesquisadores, pode-se afirmar que na década de 90 foi criado o Conselho que favorece essas pessoas com deficiência, com o poder de criar políticas e fiscalizar, avaliar o desenvolvimento, sempre a favor dessa população, diante disso é de suma importância relatar sobre esse Conselho.

O Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com a Deficiência (CONADE) é um Órgão Superior de deliberação colegiada, criado para acompanhar e avaliar o desenvolvimento de uma política nacional para inclusão da pessoa com deficiência e das políticas setoriais de educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto, lazer e política urbana dirigida a esse grupo social. O CONADE faz parte da estrutura básica da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) (SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 1999, p.2).

Pode-se enfatizar que esse Conselho foi criado para as Pessoas com Deficiência, com isso elas serão incluídas nas políticas direcionadas a essa classe com as pronúncias, clareza, distinção e diálogo junto a administração pública.

Em virtude desse Conselho é aprovado em 2009 o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

A Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) teve o papel ativo nas articulações que garantiram a conformidade do projeto de lei à Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência da ONU, incorporada na Constituição. (SECRETARIA ESPECIAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, 2015, p.1).

Continuando com a mesma linha de pensamento, pode-se relatar quanto a Lei que substituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência, "Lei 6.949/2009" pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI) da Pessoa com Deficiência, "Lei 13.146/2015", diante do exposto, explana-se.

Com base no tratado da ONU, o país chegou a outro importante marco normativo: a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), conhecida como também Estatuto da Pessoa com Deficiência. Foram 15 anos de tramitação no Congresso Nacional até se tornar Lei em 6 de julho de 2015. Inovadora e ousada, a LBI é resultado de uma construção coletiva e avançou entre outros pontos, ao ampliar a punição para quem desrespeitar os direitos desses segmentos da população, ao mudar a avaliação de pessoas com deficiência que reivindicam benefício e direitos sociais (SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 2015, p.2).

A despeito da citação acima, comparando ao passado pelos tempos atuais, percebe-se que o País alavancou quanto aos direitos sociais que norteia esses grupos de pessoas que antes não tinham acesso ao Estado Democrático de Direito, diante disso, houve um grande avanço a favor dessa classe.

O conceito de pessoas com deficiência passou por algumas transformações, que foram realizadas recentemente, porém, afirma-se que no Brasil, foi adotado com a competência Constitucional, um conceito moderno e inovador de caráter social, porém tem como centro a particularidade da deficiência, a relação, dos obstáculos que sejam de natureza física, intelectual, mental ou sensorial com dificuldade na participação completa e permanente dessas pessoas na sociedade com igualdade junto as demais pessoas.

Diante do novo conceito com as pessoas com deficiência, poderá ocorrer com os indivíduos que eram considerados como deficientes por laudo Médico de não mais se enquadrem nessa classe.

Diante dessas informações, o autor explana a cessação da proteção constitucional para esses indivíduos não implica um retrocesso na proteção das pessoas com deficiência, mas, ao contrário, lhes confere uma maior proteção, garantindo que as políticas afirmativas do Estado serão de fato destinadas ao grupo social que o constituinte elegeu como seu beneficiário. A proteção continuará existindo

integralmente, e será atribuída àqueles que realmente precisam e a ela fazem jus, aqueles constitucionalmente entendidos como pessoas com deficiência (MAIA, 2017, p.9).

Comentar, quanto aos benefício que são concedidos as pessoas que muitas das vezes recebem indevidamente, pois no caso de um indivíduo sofrer uma determinada cirurgia, ou ser acometido de alguma enfermidade, entende-se que essa pessoa está temporariamente como uma pessoa com deficiência, como foi citado em parágrafo acima, diante disso, o benefício poderá ser vitalício, dependendo do diagnóstico, como o indivíduo com câncer.

Com a referente pesquisa, pode-se propor uma análise do tema de maneira específica da investigação do conhecimento, poder desenvolver por meio da Metodologia da problematização que constitui a observação da realidade e definição do problema, os pontos chaves que irá ajudar o leitor encontrar seu artigo com mais facilidade e a parte teórica, que possibilita o emprego da realidade.

Utilizou-se de um estudo teórico bibliográfico de cunho qualitativo, com a finalidade de compreender e analisar a organização do Serviço Social, identificar a contribuição da/o assistente social e a inserção das políticas sociais que norteiam a população das Pessoas com Deficiência.

O artigo foi descrito com a utilização de diversas obras literárias que abordam sobre o tema, a fim de obter suporte necessário para o processo de análise do tema e de seus objetivos.

O sujeito que contribuiu para a pesquisa foi uma assistente social da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência no Centro do Rio de Janeiro, diante dessa visita pode-se compreender que lutar para acabar com a pobreza e fazer desenvolver o fortalecimento na situação dessas Pessoas com Deficiência, fomentando saúde e educação, em sequência, realizar o crescimento da renda de cada pessoa que tem acesso ao “Centro Integrado”, diante disso, essas pessoas terão uma melhor qualidade de vida.

Nesse sentido, o autor aborda.

{...}Atuamos com orientação econômica para a comunidade e o trabalhador, formação de cooperativas e criação de pequenos negócios orientados ao mercado local. Na área da saúde temos desenvolvidos mecanismos de capacitação e monitoramento de programas de saúde comunitária. Criamos o programa formação de cuidadores de idosos como um forte elemento gerador de trabalho e dignidade. E como complemento, temos inserido o protagonismo juvenil, o resgate das manifestações culturais e a educação formal supletiva como elementos de enriquecimento e aliados sustentáveis na erradicação da pobreza. Não temos receitas pré-estabelecidas para cada cenário. Temos a experiência e a vivência na formulação de propostas eficazes voltadas para cada realidade. Temos uma equipe multidisciplinar, qualificada e humanizada. Temos no aproveitamento e valorização da diversidade cultural, racial, social, sexual e étnica nossa grande fortaleza no sucesso de nossos programas CIEDS (apud BRILHANTE, 2016, p.1).

Entende-se que o Centro Integrado é um local que faz parte de um grupo com valores, experiências que cria oportunidades para as pessoas que vivem na pobreza.

Pode-se entender que o objetivo da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência é fazer possível o alcance e proteção dos Direitos Sociais dessas pessoas, incluindo suas famílias, reconhece as demandas, realiza avaliações com esses indivíduos, mostram direcionamento para serem orientados quanto aos seus direitos, promovem diversas atividades para evolução dessas Pessoas com Deficiência.

As Pessoas com Deficiência, foram separadas do convívio social que é fruto de um conceito errado da sociedade, porém, se justifica pela discriminação e preconceito que ocorreu ao longo da história desses indivíduos, a mudança se deu quando iniciou o século XX, daí passam de deficiente para necessidades.

Diante disso, observa-se que essas pessoas tem muitas necessidades, entre as básicas até as mais difíceis, contudo, elas encontram dificuldades de serem aceitas na sociedade, sem contar que muitos não tem resultados em seu desenvolvimento, quando o esforço parte somente de um grupo social, ou seja, de amigos e família. Diante disso, pode-se enfatizar, que a sociedade deve aceitar as Pessoas com Deficiência, como incluídos e não como inseridos, contudo, a inclusão possui uma relação de se adequar a grupos, a sociedade deve estar pronta para conviver com essas pessoas.

A acessibilidade também é um fator que deve ser enumerado, fazer com que torne possível a autonomia em todas as formas, através das quais algo possa ser entendido em todos aspectos. As políticas públicas são diretrizes, regras, métodos que conduzem as ações do poder público com intervenção entre o estado e a sociedade.

A evolução de perspectiva somente foi realizada a partir de documentos, o modo da sociedade pensar sobre as Pessoas com Deficiência que se deu através de Decretos, Leis e Conselhos. Diante disso iniciou-se várias mobilizações com ações inovadas para serem viabilizadas a essas pessoas. Antes disso a Constituição Federativa do Brasil de 1988, foi um marco rompendo com o modelo de assistencialista, com isso a sociedade passou a olhar e a respeitar as Pessoas com Deficiência.

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo analisar a organização das redes de prestação de Serviços Sociais que são voltadas para a Pessoa com Deficiência que dependem de vários fatores, conteúdos, contudo, as considerações de maior relevância são os assuntos voltados para o histórico e conceito de deficiência, acessibilidade, inclusão, redes, deficiência, políticas, discriminação, preconceito.

Pensar nos fatos históricos que abarcou a Pessoa com Deficiência. São fatos que relatam padecimento de pessoas que não tinham culpas de serem Pessoas com Deficiência, eram indefesas e socialmente desamparadas.

O principal fator para a inclusão social dessas pessoas é a acessibilidade, com isso elas poderão ter uma vida digna e realizarem seus projetos de vida pessoal, com o Serviço Social, esses indivíduos serão encaminhados para as redes de serviços, porém, o Serviço Social é a porta de entrada para a inclusão social para as Pessoas com Deficiência, é preciso se conscientizar, ter reconhecimento coletivo e respeito as diferenças.

Com esse estudo, pode-se conhecer tudo sobre a Pessoa com Deficiência, que pode ser física, intelectual, visual, auditiva ou múltipla e até aqueles acometidos do câncer e pessoas com deficiência respiratória "Traqueostomia", congênita ou não, definitiva ou temporária.

Quanto as políticas sociais e setoriais que norteiam as Pessoas com Deficiência, compreendeu-se quanto as ações que essas políticas sociais prestam atendimento de integração a essas pessoas, diante disso é possível perceber a evolução com o sentido de ampliar o sistema de proteção social com integração das políticas sociais e as pessoas com deficiência, essas políticas públicas se desenvolvem em redes para que as várias políticas se completem formando o sistema de proteção social, esse referente sistema se configurou em políticas publicas setoriais, afirmando em visar a garantia de acesso ao trabalho, renda,

habitação, saúde, educação, assistência e lazer e muito mais espalhados nas redes e programas sociais que são voltados para as Pessoas com Deficiência.

Observamos que o trabalho desenvolvido pelo/a assistente social é um dos eixos fundamentais do processo de prestação de serviço para as Pessoas com Deficiências, uma vez que o/a profissional procura resgatar a cidadania dessas pessoas. Diante disso é repensar na Bibliografia sobre a Ética Profissional do Serviço Social e com sua prática, seu conhecimento e suas competências nas dimensões ético política do Serviço Social.

Cumpramos ressaltar quanto a importância das normas sobre a igualdade de oportunidade para Pessoas com Deficiência, a ONU (Organização das Nações Unidas). Defendem normas e ordenamentos a serem aceitos por diversos Países, na busca da igualdade e a inclusão social que são indispensáveis na área de serviços do/a assistente social e também a permissão de recursos mínimos que o/a profissional do Serviço Social viabiliza para as Pessoas com Deficiência

REFERÊNCIAS:

ARAUJO, Elizabeth Alice Barbosa Silva de, FERRAZ, Fernando Bastos. O Conceito de Pessoa com Deficiência e seus Impactos nas Ações Afirmativas Brasileiras no Mercado de Trabalho. Disponível em: <http://www.repositoriufc.br/bitstream/riufc/541/1/2010-eve-fberraz.pdf> Acesso em 3 de abril de 2017.

CAMPO, Jose Guilherme Ferraz de; VASCONCELLOS, Eduardo Pinheiro Gondim de; KRUGLIANSKAS, Gil. Incluindo Pessoas com Deficiência na empresa: estudo de caso. Disponível em: www.sc.ielo.br/pdf/rausp/v48n3/13.pdf Acesso em: 6 de abril de 2017.

CENTRO MUNICIPAL DE REFERÊNCIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – CMRPD. Programa de inclusão de pessoas com deficiência da Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www.cieds.org.br/projetos/681.centro-municipal-de-referencia-da-pessoa-com-deficiencia-cmrpd> Acesso em: 30 de março de 2017.

CONETTI Elias. O Deficiente Físico ao longo da História. Disponível em: www.ibamendes.com/2011/2/o-deficiente-fisico-ao-longo-do.html Acesso em 10 de abril de 2017.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (CONADE). Disponível em: www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/conade. Acesso em: 10 de abril de 2017.

CRUZ, Deusina Lopes da. Serviço de Proteção Social Especial PARA Pessoas com Deficiência e suas famílias no SUAS. Tipificação Nacional Suas/2009. Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/arquivos/File/capacitacao/materialapoio/SUASDeusinaLopes.pdf>. Acesso em 3 de abril de 2017.

HOLANDA, Cristina Marques de Almeida; ANDRADE, Fabiane Louise Juvencio Paes; BEZERRA, Maria Aparecida; NASCIMENTO, João Paulo da Silva; ALVES, Robson da

Fonseca; ALVES, Simone Bezerra; RIBEIRO, Kátia Suely Queiroz Silva. Redes de Apóio e Pessoas com Deficiência Física. Disponível em: www.scielo.br/pdt/csc/v20n1/pt-1413-8123-csc-20-01-00175.pdf. Acesso em: 12 de abril de 2017.

LBI / LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO – ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – LEI 13.146/15. Disponível em: maragabrilli.com.br/wp-content/uploads/2016/03/guia-sobre-a-LBI-Digital.pdf. Acesso em 7 de maio de 2017

LOPES, Gustavo Casimiro. O Preconceito Contra p Deficiente ao Longo da História. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd176/o-deficiente-ao-longo-da-historia.htm> Acesso em: 7 de maio de 2017.

MAIA, Maurício. Novo conceito de Pessoa com Deficiência. Disponível em: File:///C:/Users/Usuário/Downloads/novo-conceito-de-pessoa-com-deficiência-e-proibição-d e-retrocesso%20(2).pdf. Acesso em: 10 de abril de 2017.

MACIEL, Maria Cazzanica. Portadores de Deficiência a questão da inclusão social. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=50102-88392000000200008 Acesso em: 30 de março de 2017.

PAULA, Wedsley Ferreira. A Inclusão dos Portadores de necessidades especiais. Disponível em <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/6094/A-inclusão-dos-portadores-de-necessidades-especiais>. Acesso em: 3 de abril de 2017.

ROMERO, Rosana Aparecida Silva; SOUZA, Sirleine, Brandão. Educação inclusiva, alguns Marcos Históricos que produziram a educação atual. Disponível em: www.puc.pr/eventos/educare2008/anais/pdf Acesso em: 9 de abril de 2017.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Como chamar as pessoas que têm deficiência. Disponível em: <http://diversas.org.br/artigos/como-chamar-pessoas-que-tem-deficiencia> Acesso em: 9 de abril de 2017.

SECRETARIA MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA- SMPD. Disponível em; www.rio.rj.gov.br/web/smpd. Acesso em: 19 de abril de 2017.

SCHEVERMANN, Terezinha Helena, A inclusão do deficiente físico no mercado de trabalho. Disponível em: www.wambito-juridico.com.br/site/?n-link=revista-artigos-leitura&artigo-id=11372 Acesso em 6 de abril de 2017.

SENADO FEDERAL – COLETÂNEA . Textos publicados no Jornal do Senado sobre direitos do cidadão - especial cidadania 2004.

TAMIREZ, Barbosa; SCOTT,, Juliano; SMEHA, Luciene. Políticas Publicas para Pessoas co Deficiência e sua implicações. Disponível em: www.unifrc.br/eventos/sepe2012/trabalhos/6381.pdf. Acesso em: 15 de maio de 2017.

